



TCE faz diagnóstico sobre a destinação do lixo em Pernambuco

Levantamento feito pelo TCE-PE mostra que a maior parte dos 184 municípios pernambucanos ainda não deposita seus resíduos sólidos em aterros sanitários. Em 129 municípios, os dejetos são descartados em lixões. Apenas 32 cidades utilizam locais adequados para o serviço, enquanto que 23 municípios depositam o seu lixo nos chamados "aterros controlados", que seria uma situação intermediária, mas ainda inadequada. O diagnóstico foi feito com base em informações fornecidas pela CPRH (Agência Estadual do Meio Ambiente), referentes ao ano de 2014, e inspeções da equipe técnica do Tribunal de Contas realizadas no primeiro semestre deste ano.

QUANTIDADE - o diagnóstico mostra também que, em relação à quantidade de lixo descartado, a situação é outra. 58% do total do lixo produzido no Estado estão sendo depositados em aterros sanitários. Isso se dá em razão das principais cidades da Região Metropolitana possuírem esse tipo de espaço para depósito dos dejetos.

ATUAÇÃO DO TCE - A destinação inadequada dos resíduos pode contribuir, somada a outras irregularidades, para a emissão de um parecer prévio com indicação da rejeição das contas do gestor. As Prestações de Contas dos Prefeitos, relativas ao exercício de 2014, já foram instruídas com base nesse diagnóstico. Os dados serão disponibilizados no Portal do Cidadão do TCE www.tce.pe.gov.br.

Prefeitos procuram TCE para orientações sobre atuação dos Consórcios Municipais



FOTOS: MARÍLIA AUTO

Prefeitos ligados à diretoria da Comanas (Consórcio dos Municípios da Mata Norte e do Agreste Setentrional) se reuniram com o presidente do TCE, conselheiro Valdecir Pascoal, para pedir orientações sobre a gestão na área de saúde. Os prefeitos dizem que estão enfrentando

dificuldades para administrar as despesas nessa área, especialmente no contexto de crise econômica e comprometimento das receitas com pessoal. O presidente orientou o Consórcio para que formalizasse uma consulta ao Tribunal e prometeu máxima agilidade na resposta.

TCE propõe medidas para melhorar transporte escolar em Santa Terezinha

Irregularidades apontadas por uma auditoria do TCE na contratação de transporte escolar no município de Santa Terezinha, levaram o Tribunal de Contas a formalizar um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) com a prefeitura da cidade. A assinatura do TAG, proposta pelo conselheiro Ranilson Ramos, tem o objetivo de melhorar o serviço prestado à população. A prefeitura terá que adotar medidas para regularizar o transporte na cidade. Caso não cumpra as determinações, o gestor municipal estará sujeito à aplicação de multas e outras sanções previstas em Lei.



Decisões das Câmaras

O TCE julgou irregular a execução de parcerias firmadas pelo Ginásio de Esportes "Geraldão", para realizar ações e eventos de assistência social no ano de 2012. O relatório técnico apontou erros no pagamento de despesas e diárias. O relator do processo, conselheiro substituto Marcos Nóbrega, determinou pagamento de multa aos servidores do ginásio, responsáveis, na época, pela fiscalização da execução dos termos de parceria.

A Primeira Câmara do TCE julgou irregular a prestação de contas de gestão da Prefeitura de Gravatá, no ano de 2012. O relator do processo, conselheiro substituto Ricardo Rios, destacou que a principal falha cometida pelo gestor foi o repasse parcial ao Regime Próprio de Previdência Social das contribuições retidas dos servidores e da parte patronal. Além disso, o prefeito realizou processos de Inexigibilidade de Licitação para a contratação de atrações artísticas no valor de R\$ 1.859.000,00.

Os Relatórios de Gestão Fiscal das Prefeituras de Goiana (2013) e Taquaritinga do Norte (2º e 3º quadrimestres de 2013) foram julgados irregulares pelo TCE. Os descumprimentos dos limites de gastos com despesas de pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, levaram às decisões do relator dos processos, conselheiro Carlos Porto. Os prefeitos dos municípios foram multados.